



CENTRO DE DIA E LAR
**NOSSA
SENHORA**
DA GRAÇA DE DEGOLADOS

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6. Rédito	19
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
8. Benefícios dos empregados	20
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
10. Outras Informações.....	20
10.1. Clientes e Utentes	21
10.2. Diferimentos	21
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	22
10.4. Fundos Patrimoniais.....	22
10.5. Fornecedores	22
10.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
10.7. Outras Dívidas a Pagar	23
10.8. Fornecimentos e serviços externos.....	24
10.9. Outros rendimentos.....	24
10.10. Outros gastos	25
10.11. Resultados Financeiros.....	25
10.12. Acontecimentos após data de balanço.....	26

Balço

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

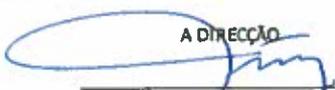
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 223 923,03	1 317 545,42
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2 877,27	1 581,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		1 226 800,30	1 319 126,72
Ativo corrente			
Inventários		1 447,55	1 295,92
Créditos a receber	10.1	2 728,39	10 520,56
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	10.6	4 104,21	6 681,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros Ativos Correntes		726,62	608,56
Diferimentos	10.2	2 390,12	1 319,63
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10.3	25 361,66	38 564,08
Subtotal		36 758,55	58 990,17
Total do Ativo		1 263 558,85	1 378 116,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	2 106,42	2 106,42
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	10.4	(338 293,50)	(192 999,90)
Excedentes de reavaliação			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	1 047 461,76	1 165 148,40
Resultado Líquido do período		(38 195,00)	(145 293,60)
Total do fundo do capital		673 079,68	828 961,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		355 315,04	237 497,48
Outras Dívidas a pagar			
Subtotal		355 315,04	237 497,48
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	89 155,29	58 683,52
Adiantamentos de clientes	10.1	10 530,37	6 800,00
Estado e outros Entes Públicos	10.6	8 133,06	9 810,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10.2	40 352,50	54 521,50
Outras passivos correntes	10.7	86 992,91	181 843,00
Outros passivos financeiros			
Subtotal		235 164,13	311 658,09
Total do passivo		590 479,17	549 155,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 263 558,85	1 378 116,89

Campo Maior, 20 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Paulo Alexandre R. Pereira
 TOC N.º 86452

A DIRECÇÃO


 Nuno Lopes

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	344 385,38	221 192,55
Subsídios,doações e legados à exploração	7	278 546,61	222 619,86
Variação nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(78 517,38)	(64 365,63)
Fornecimentos e serviços externos	10.8	(97 366,25)	(101 680,14)
Gastos com o pessoal	8	(388 023,99)	(297 777,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	10.9	44 168,56	39 464,49
Outros gastos	10.10	(34 438,99)	(61 582,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68 753,94	(42 129,01)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(98 390,50)	(97 005,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29 636,56)	(139 134,88)
Juros e rendimentos similares obtidos	10.11	-	-
Juros e gastos similares suportados	10.11	(8 558,44)	(6 158,72)
Resultados antes de impostos		(38 195,00)	(145 293,60)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(38 195,00)	(145 293,60)

Campo Maior, 20 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Paulo Alexandre R. Poelras
TOC N.º 86452

A DIRECÇÃO



Nuno Lopes

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos beneficiários da entidade-vedada						Unidade Monetária: Euro				
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Reservados Transiç. Adm.	Reservas Legais	Excedentes de revalorização	Outros valores em fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Imparidade em provisões	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	2.106,42	-	-	(63.137,07)	-	-	1.077.515,00	(179.807,81)	886.677,12	-	886.677,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Principais alterações de natureza ordinária, com carácter contábil, decorrentes da aplicação de políticas contabilísticas												
Diferença de converção de demonstrações financeiras					(129.802,81)				179.807,81			
Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros e imparidade												
Excedentes de revalorização do excedente de revalorização de ativos financeiros e imparidade												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos períodos anteriores												
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2				(129.802,81)				179.807,81			
RESULTADO PATRIMONIAL	3								(145.293,50)			(145.293,50)
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NÃO FIN. DO PERÍODO	4								(15.490,79)			(15.490,79)
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	5	2.106,42	-	-	(182.939,88)	-	-	1.245.348,40	(145.293,50)	898.861,92	-	898.861,92



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017		Fundos Patrimoniais atribuídos em Instituições da entidade-ante							Unidade Monetária: Euros		
		Ativos	Reservas	Reservas Transferidas	Reservas 1508	Excedentes em realização	Outras verificações em fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
0	PRELIMINAR Alterações no período Primária adopcão de novo referencial contábil Alterações de política contábil Transferência de resultados de exercício para resultados transferidos Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de valorização de ativos financeiros e investimentos Excedentes de realização do excedente de realização de ativos financeiros e investimentos Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2.106,42		(192.293,90)			1.165.148,40	(145.293,60)	828.667,32		828.667,32
7	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO Fundos Subsidios, doações e legados Outras operações										
8											
9-7+8											
18											
67+9+18		2.106,42		(388.293,59)		(117.656,64)	(138.195,00)	673.679,48		673.679,48	

Campanha, 20 de Março de 2018

O CO-TRABALHADOR

 Rui o Almeida R. Pereira
 TOR. N.º 86452

A DIRECTOR

 Nuno Lopes

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados
 Av. Artur António Louro nº1
 NIF: 501 628 525 - estatutos registados no D.R. nº 130 - 8 de Julho de 2005 Série III

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		375 508,21	237 638,14
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apolos			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(145 563,49)	(118 040,65)
Pagamentos ao pessoal		(383 426,23)	(286 299,72)
Caixa gerada pelas operações		(153 481,51)	(166 702,23)
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento			(90 000,00)
Outros recebimentos/pagamentos		125 836,60	307 353,14
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(27 644,91)	50 650,91
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(106 431,43)	(108 957,15)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		11 614,80	11 614,80
Juras e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(94 816,63)	(97 342,35)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		117 817,56	39 277,48
Juras e gastos similares		(8 558,44)	(6 158,72)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		109 259,12	33 118,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(13 202,42)	(13 572,68)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 554,09	51 126,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		25 361,66	38 564,08

Campo Maior, 20 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Paulo Alexandre R. Poêiras
TOC N.º 86452

A DIRECÇÃO



Nuno Lopes

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro de Dia N.º Sra. da Graça dos Degolados – Associação de Solidariedade Social, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 130 de 08/07/2005 Série III e N.I.F. 501628525, com sede na Avenida Artur António Louro, n.º 1 em Degolados, distrito de Portalegre.

Tem como objecto dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos, desenvolvendo as seguintes atividades: Apoio às crianças e aos jovens; apoio á família; apoio á terceira idade; apoio á integração social e comunitária; assistência humanitária. A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 20 de Março de 2018.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direcção.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações são calculadas numa base anual, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

Métodos de amortização	2017	2016
Edifícios e outras construções	Linha Recta	Linha Recta
Equipamento básico	Linha Recta	Linha Recta
Equipamento de transporte	Linha Recta	Linha Recta
Equipamento administrativo	Linha Recta	Linha Recta
Outros activos fixos tangíveis	Linha Recta	Linha Recta

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Taxas de amortização	2017	2016
Edifícios e outras construções	10	10
Equipamento básico	12.5 - 25	12.5 - 25
Equipamento de transporte	16.66 - 25	16.66 - 25
Equipamento administrativo	12.5 - 33.33	12.5 - 33.33
Outros activos fixos tangíveis	12.5 - 25	12.5 - 25

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção

careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir actividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- ~~Direitos decorrentes de um contrato de seguro~~ exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- o Entrada em incumprimento de uma das partes;
- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras dívidas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ~~evento~~ ~~que seja~~ razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Custo	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-2016
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	259 541,73	1 120 378,78	-	-	-	1 379 920,51
Equipamento básico	140 411,95	163 386,20	1 219,51	-	-	302 578,64
Equipamento de transporte	23 362,90	-	-	-	-	23 362,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	39 838,36	12 722,66	-	-	-	52 561,02
Outros Ativos fixos tangíveis	19 815,83	-	-	-	-	19 815,83
Ativos fixos tangíveis em Curso	1 113 309,59	-	-	1 113 309,59	-	-
Total	1 596 280,36	1 296 487,64	1 219,51	1 113 309,59	-	1 778 238,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	149 204,71	69 243,00	-	-	-	218 447,71
Equipamento básico	138 222,44	22 787,11	1 219,51	-	-	159 790,04
Equipamento de transporte	17 825,28	2 768,82	-	-	-	20 594,10
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	39 838,86	2 206,94	-	-	-	42 045,80
Outros Ativos fixos tangíveis	19 815,83	-	-	-	-	19 815,83
Total	364 907,12	97 005,87	1 219,51	-	-	460 693,48

Custo	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-2017
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 379 920,51	-	-	-	-	1 379 920,51
Equipamento básico	302 578,64	2 249,11	-	-	-	304 827,75
Equipamento de transporte	23 362,90	-	-	-	-	23 362,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	52 561,02	609,00	-	-	-	53 170,02
Outros Ativos fixos tangíveis	19 815,83	1 910,00	-	-	-	21 725,83
Ativos fixos tangíveis em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	1 778 238,90	4 768,11	-	-	-	1 783 007,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	218 447,71	69 243,00	-	-	-	287 690,71
Equipamento básico	159 790,04	23 777,76	-	-	-	183 567,80
Equipamento de transporte	20 594,10	2 768,80	-	-	-	23 362,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	42 045,80	2 409,94	-	-	-	44 455,74
Outros Ativos fixos tangíveis	19 815,83	191,00	-	-	-	20 006,83
Total	460 693,48	97 680,50	-	-	-	558 374,98

Nos períodos de 2017 e 2016, não foram registadas quaisquer perdas de imparidade.

6. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	344 385,38	221 192,55
Quotas dos utilizadores	4 625,20	1 404,38
Quotas e Jóias		
Mensalidades	331 749,20	213 886,37
Outros Serviços	8 010,98	5 901,80
...		
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	344 385,38	221 192,55

7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	204 940,87	145 412,98
CRSS	200 873,32	142 858,78
IEFP	1 513,35	2 554,20
IFAP	2554,2	
...	-	-
Apoios do Governo	8 447,88	8 448,51
Município Campo Maior	8 447,88	8 448,51
...	-	-
Total	213 388,75	153 861,49

Descrição	2017	2015
Subsídios de outras entidades	46 612,86	52 877,12
Donativos	18 545,00	15 881,25
Heranças	-	-
Legados	-	-
...		
Total	65 157,86	68 758,37

8. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 33 e em 31/12/2016 foi de 31.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	311 279,37	237 875,99
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	68 015,67	52 083,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 099,11	1 378,62
Gastos de Acção Social	377,71	
Outros Gastos com o Pessoal	4 252,13	6 439,82
Total	388 023,99	297 777,95

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	15,74	582,44
Depósitos à ordem	25 345,92	37 981,64
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	25 361,66	38 564,08

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	2 106,42	-	-	2 106,42
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(192 999,90)	(145 293,60)	-	(338 293,50)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 165 148,40	(117 686,64)	-	1 047 461,76
Total	974 254,92	(262 980,24)	-	711 274,68

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	89 155,29	58 683,52
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	89 155,29	58 683,52

10.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	2 728,39	10 520,56
Clientes	-	-
Utentes	2 728,39	10 520,56
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	2 728,39	10 520,56

Perdas por imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer "Perdas por Imparidade":

10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 304,04	817,69
Outros Diversos	1 086,08	501,94
...	-	-
Total	2 390,12	1 319,63
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para investimentos	39 926,80	51 541,60
Outros Diversos	425,70	2 979,90
...	-	-
Total	40 352,50	54 521,50

10.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	37 078,00	34 726,31
Materials	2 743,40	12 627,76
Energia e fluidos	29 504,90	31 040,23
Deslocações, estadas e transportes	50,70	25,41
Serviços diversos (*)	27 989,25	23 260,43
Limpeza, Higiene e Conforto	16 775,34	14 356,90
Comunicação	4 074,22	4 538,14
Rendas e Alugueres	2 753,00	1 731,41
Seguros	2 871,19	2 071,12
Outros Serviços	1 515,50	512,86
Total	97 366,25	101 680,14

10.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	23 330,66	23 015,94
Descontos de pronto pagamento obtidos		1,00
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Outros rendimentos e ganhos	20 837,90	16 447,55
Total	44 168,56	39 464,49

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	665,00	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 439,21	6 681,42
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4 104,21	6 681,42
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	280,49
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	378,45	1 222,85
Segurança Social	7 232,44	7 670,23
Outros Impostos e Taxas	522,17	636,50
Total	8 133,06	9 810,07

10.7. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	361,48	-	235,90
Remunerações a pagar	-	-	-	235,90
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	361,48	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	33 659,44	-	135 322,76
Credores por acréscimos de gastos	-	51 793,14	-	44 918,18
Outros credores	-	1 178,85	-	1 366,16
	-	-	-	-
Total	-	86 992,91	-	181 843,00

10.10. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	19 427,99	57 435,24
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,03	0,25
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	15 010,97	4 146,70
Total	34 438,99	61 582,19

10.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	8 558,44	6 158,72
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	8 558,44	6 158,72
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(8 558,44)	(6 158,72)

10.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela direção em 6 de Abril de 2018.

Campo Maior, 6 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado



Paulo Alexandre R. Poeiros
(CC nº 86452)

A Direção



Nuno Lopes